

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

Da geografia das condições sociais periféricas à sociologia dos espaços sociais dominados. Uma leitura da evolução dos processos de urbanização no Noroeste Português nos últimos trinta anos

QUEIRÓS, João

Licenciado em Sociologia

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

jqueiros@letras.up.pt

Resumo

Partindo da sistematização de algumas ideias fundamentais acerca dos processos de urbanização no nosso país, em particular daqueles que, nas últimas três décadas, têm caracterizado o Noroeste Português, procurar-se-á enriquecer o património de reflexão existente sobre o tema, designadamente através da incorporação na análise de elementos resultantes do estudo aprofundado de uma colectividade local da região que, tendo sido objecto de investigação em finais da década de 1970, é agora alvo de revisitação sociológica.

Para concretizar este objectivo, o presente artigo percorrerá, entre outros (e a partir fundamentalmente da análise do caso particular da colectividade em causa), aspectos relacionados com (i) as transformações do espaço social rural do Noroeste e dos seus modos de articulação com os principais pólos urbanos da região, (ii) as mudanças verificadas nas estruturas produtivas e de emprego regionais e (iii) as correlativas alterações operadas ao nível das mobilidades, com destaque para a configuração das deslocações casa-trabalho.

O artigo termina com a apresentação de alguns programas de pesquisa decorrentes da leitura dos processos de urbanização no Noroeste Português exposta, os quais permitirão fornecer, assim se espera, um conjunto de contributos relevantes para a produção de uma análise propriamente sociológica da temática abordada.

Palavras-chave: Processos de urbanização; Noroeste Português; movimentos migratórios; condição social periférica; espaço social dominado.





Da geografia das condições sociais periféricas à sociologia dos espaços sociais dominados. Uma leitura da evolução dos processos de urbanização no Noroeste Português nos últimos trinta anos

1. Introdução

Quando, no final dos anos 1970, os autores dos estudos pioneiros sobre Fonte Arcada escolheram esta discreta freguesia do concelho de Penafiel como *locus* dos seus projectos de investigação, a preocupação fundamental passava por tentar perceber as transformações e resistências da economia e sociedade camponesas, num quadro que se caracterizava por uma crescente penetração de relações capitalistas na agricultura, mas que continuava a ser também, em muitas colectividades do Noroeste Português, amplamente marcado pela figura do arrendamento rural e pela persistência de relações sociais em boa medida preservadas dos efeitos das mudanças globais em curso¹.

O contacto com a realidade da freguesia depressa fez perceber, entretanto, que a estreita ligação entre a manutenção/metamorfose da agricultura camponesa local e o desenvolvimento de padrões migratórios de natureza pendular envolvendo segmentos populacionais estatística e socialmente muito relevantes estava a afirmar-se como o fenómeno mais influente da vida da colectividade e que, por isso, a questão das transformações sociais e classistas nos campos não poderia ser dissociada de uma reflexão sobre a função de reserva e fornecimento de força de trabalho do espaço rural na reprodução das relações capitalistas e, em geral, sobre as relações cidade/campo e sobre os processos de urbanização desigual à escala regional e nacional.

Trinta anos volvidos, e estando bem documentada pela sociologia e por outras ciências sociais a trajectória percorrida pelo nosso país no período que nos separa dos trabalhos originais, poucas dúvidas restavam, aquando do lançamento do novo estudo sobre Fonte Arcada, quanto à centralidade que a análise dos processos de urbanização e das suas diferentes modalidades de concretização nele assumiria.

2. A estrutura urbana do país e do Noroeste: quadro geral de evolução

Como é amplamente reconhecido, as últimas três décadas foram de significativo reforço da componente urbana do território nacional. Hoje, três quintos dos portugueses vivem em cidades ou a menos de cinco quilómetros de centros urbanos com mais de 10 mil habitantes (Reis, 2001). Mesmo quando vivem mais afastados, é não já uma relação de distância, mas de proximidade com estes centros que, tendencialmente, é estabelecida, dada a melhoria das acessibilidades e o aumento geral da mobilidade.

A urbanização do país tem sido, entretanto, claramente assimétrica.



Uma das imagens fortes deste intenso processo de redistribuição geográfica da população é, sem sombra de dúvida, a acentuação do contraste entre o litoral e o interior, com saldo amplamente negativo para este último. Esta tendência de litoralização, envolvendo não apenas a parcela que, desde a orla costeira, avança alguns quilómetros para o interior, mas ainda as vias de penetração baseadas nos principais rios e eixos viários, não tendo redundado na constituição de um *continuum* territorial homogéneo, traduziu-se na consolidação de uma mancha urbana dotada de níveis relativamente elevados de integração e dinamismo, em claro contraste com a situação de regressão sociodemográfica e económica de vastas áreas do interior.

Ainda na perspectiva das tendências demográficas pesadas, tão ou mais impressiva que a litoralização tem sido a densificação das áreas mais urbanizadas do país.

Sustentada, nas décadas de sessenta e setenta, sobretudo no crescimento do peso demográfico das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a tendência para a concentração da população portuguesa nas principais áreas urbanas passa a contar, a partir de 1981, com o importante contributo fornecido pelo desenvolvimento de um conjunto de centros urbanos de pequena e média dimensão, alguns dos quais situados em regiões do interior.

O alargamento da área de influência e da importância regional destes centros urbanos, que se viu bastante intensificado na última década, tem sido associado ao relativo abrandamento do processo de litoralização da população anteriormente descrito. Entretanto, não tem deixado de se assinalar que este efeito globalmente reequilibrador da distribuição da população no território vem acompanhado de outra tendência, essa fomentadora de novos desequilíbrios sociodemográficos, a saber, a da rarefacção populacional e correspondente desvitalização económica do espaço rural circundante das referidas cidades médias.

No Norte do país, as tendências recentes da organização espacial da população acompanham, genericamente, as alterações observadas no plano nacional. Como é possível conferir através da visualização da Figura 1, que coloca em destaque as freguesias onde a densidade populacional tem vindo a aumentar (o castanho mais escuro significando crescimento continuado da densidade populacional entre 1981 e 2001), a evolução registada nas últimas décadas caracteriza-se claramente pela densificação da faixa ocidental da região e pelo aprofundamento da concentração da população nas áreas urbanas, designadamente na coroa suburbana do Porto e em alguns concelhos a ela contíguos, no triângulo Braga-Famalicão-Guimarães e em algumas sedes de concelho do interior.

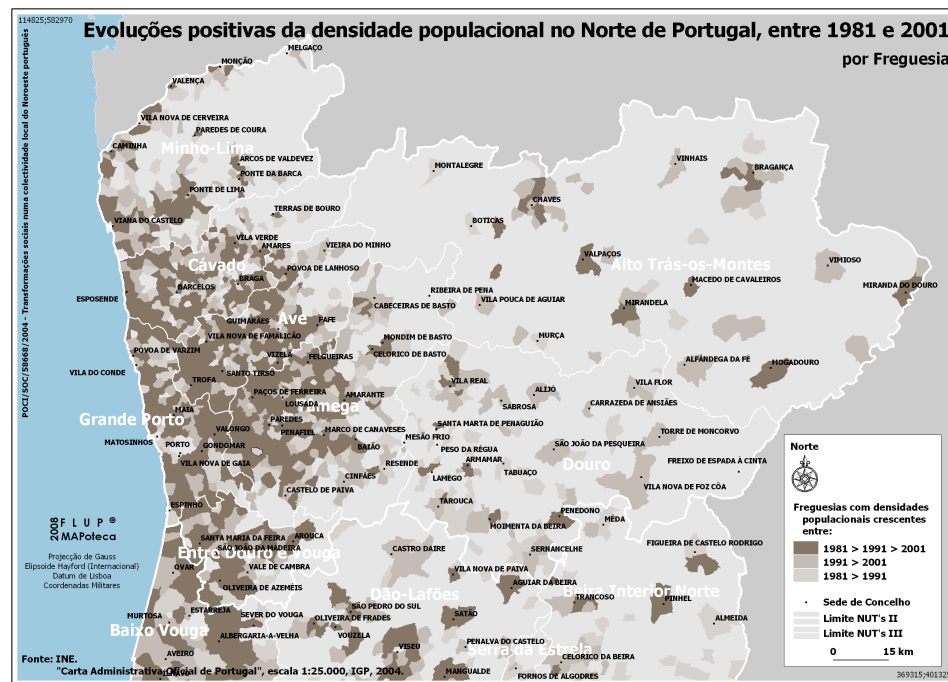


Figura 1 – Evoluções positivas da densidade populacional no Norte de Portugal (1981-2001)

Não obstante as tendências de densificação do território e de alastramento da mancha urbana a partir de alguns pólos muito dinâmicos do ponto de vista demográfico – fenómeno que tem encontrado tradução no crescimento acentuado do parque habitacional dessas áreas e na consequente transformação das suas paisagens –, o Noroeste Português não viu alterar-se de forma substancial o padrão disperso de povoamento que caracteriza a maior parte do seu território, designadamente o espaço situado além das fronteiras da Área Metropolitana do Porto.

Na realidade, a dispersão de actividades industriais criadoras de emprego e fomentadoras de um processo de urbanização difusa característica da envolvente regional do Grande Porto reforçou-se durante a década de oitenta e até meados da década de noventa – num movimento que manteve a região afastada dos padrões de metropolização e da dicotomização centro-periferia convencionais e que, simultaneamente, como que impossibilitou a potencial afirmação de aglomerações com capacidade efectiva de polarização, definindo extensas coalescências urbanas com limites imprecisos, penetradas em diversos pontos por áreas de matriz eminentemente rural.

3. Uma releitura do sistema urbano do Noroeste Português

A especificidade do perfil urbano do Noroeste Português descrita no final do ponto anterior tem levado os especialistas a concordar que coexistem na região duas lógicas diferenciadas, ainda que não independentes, de organização territorial: uma mais próxima de um sistema metropolitano estruturado em moldes convencionais, que é aquela que caracteriza a relação entre o Porto e os concelhos da sua coroa urbana, e outra de tipo *extensivo* ou *difuso*, aqui e ali pontuada por centros urbanos com relativa capacidade de polarização dos territórios adjacentes, que é aquela que caracteriza a envolvente regional do Grande Porto.



Se, quanto à organização territorial da área metropolitana portuense, pouco haverá a acrescentar aos sucessivos diagnósticos que vêm sendo feitos pelos especialistas – que destacam, sobretudo, o acentuado processo de suburbanização característico da sub-região e a não menos acentuada desdensificação da cidade central, ocorridos num quadro de relativa perda de capitalidade económica e política do centro metropolitano –, a organização territorial da vasta área exterior ao Grande Porto, frequentemente designada como “conurbação não-metropolitana do Noroeste” (Portas et al., 2003), merece, estamos em crer, atenção mais detalhada.

Com uma população de cerca 1 650 000 habitantes, em 2001, esta conurbação, definida por um triângulo cujos vértices se localizam em Viana do Castelo, Amarante e Aveiro, excluindo os concelhos da Área Metropolitana do Porto, é geralmente apontada como exemplo de uma área que, se exceptuarmos Braga, se foi densificando em função, sobretudo, de um processo de industrialização difusa, organizado territorialmente em “distritos industriais” ou “sistemas de produção” especializados em fileiras. Estão neste caso, por exemplo, os moldes em Oliveira de Azeméis, a cortiça em Santa Maria da Feira, o calçado em S. João da Madeira e em Felgueiras (este último, no Vale do Sousa), a madeira/mobiliário, ainda no Vale do Sousa, e, em Barcelos e no Ave, o têxtil/vestuário.

Ainda que esta descrição genérica do perfil urbano da envolvente regional do Grande Porto possa ser útil para, em contraste com o que se passa na área metropolitana, destacar o modo específico como aqui se estrutura o território, a análise dos processos de urbanização na conurbação não-metropolitana do Noroeste ganhará bastante se descermos na escala de observação e procurarmos destacar alguns traços de diferenciação interna desta vasta região. Ao fazê-lo, estaremos também a aproximar-nos do caso particular de Fonte Arcada e a colocar-nos no encaixe de alguns dos processos sociais que marcam a evolução da nossa colectividade nos últimos trinta anos.

Assim, e deixando de parte as zonas mais excêntricas do Tâmega e do Minho-Lima, o que propomos é que se opere uma distinção entre os territórios de industrialização e urbanização difusa, entendidos em sentido mais estrito, e os territórios que, sendo caracterizados por um povoamento disperso – ou, se preferirmos, pela concentração do povoamento em lugares dispersos no território –, detêm um perfil produtivo e uma estrutura de emprego menos marcados pela indústria transformadora e, por isso, uma trajectória de urbanização largamente associada, nas últimas décadas, ao assalariamento dos seus activos, através de movimentos migratórios (saídas definitivas e migrações pendulares), em actividades dos sectores secundário e terciário localizadas noutros pontos da região.

O primeiro conjunto de territórios – em que se inclui parte significativa do Cávado, o norte do Vale do Sousa, o Entre Douro e Vouga e, sobretudo, o Vale do Ave – aproxima-se mais da caracterização genérica que habitualmente se faz da conurbação não-metropolitana do Noroeste – e que há pouco se reproduziu. São áreas que se caracterizam pela dispersão simultânea dos sistemas produtivos locais e da função residencial, onde, por isso, predominam as deslocações casa-trabalho de raio e duração relativamente curtos.

Na última década e meia, com a degradação do dinamismo industrial a que estas áreas têm assistido e com a correspondente diminuição das oportunidades de emprego proporcionadas pelos sistemas produtivos locais – a que um número considerável de trabalhadores tem respondido através da adesão a percursos de mobilidade profissional que passam muitas vezes pela construção civil e aos quais estão associadas migrações pendulares para áreas afastadas dos locais de residência, incluindo o território espanhol –, coloca-se com cada vez mais premência a hipótese de uma alteração das características fundamentais dos processos de urbanização característicos deste conjunto de territórios, com expectáveis repercussões nas respectivas formas de organização social. Trata-se de uma linha de pesquisa a explorar atentamente no futuro.

O segundo agrupamento de territórios – que integra a metade meridional do Vale do Sousa, o Baixo Tâmega, a margem sul do segmento mais ocidental do Rio Douro e mesmo algumas das freguesias mais excêntricas e menos urbanas do Grande Porto – apresenta, entretanto, características em boa medida



distintas. Trata-se, desde logo, de áreas que se caracterizam por uma grande promiscuidade funcional, mas em que predomina a função residencial. As actividades industriais são em número reduzido, por comparação com o outro contexto territorial da conurbação não-metropolitana do Noroeste a que se fez referência, e concentram-se geralmente em torno dos sectores da construção civil, indústrias extractivas e confecção de vestuário. O emprego na agricultura, sendo já residual, é ainda superior à média regional, verificando-se igualmente a manutenção, no seio de um número considerável de famílias, de formas de agricultura desenvolvidas a título de actividade complementar. As ocupações na construção civil e no terciário desqualificado aparecem também sobre-representadas nas estruturas de emprego locais e persistem debilidades significativas em matéria de qualificação da população.

São territórios tradicionalmente repulsivos: saídas definitivas, migrações pendulares e até mesmo emigração constituem aqui fenómenos de grande relevância estatística e social. É nestas áreas, aliás, que, fora do Grande Porto, mais se fazem sentir os efeitos da polarização exercida pelo centro metropolitano e foi nelas que, num quadro geral de aumento da mobilidade casa-trabalho interconcelhia, mais se reforçou, quando já não era muito forte, o peso dos activos cujo local de exercício da profissão se situa noutra concelho que não o de residência (veja-se, no Quadro 1, a evolução da importância destes fluxos em concelhos como Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães ou Penafiel, entre 1981 e 2001). Com efeito, as migrações pendulares têm funcionado aqui, cada vez mais, como mecanismo de compensação das debilidades dos aparelhos industriais locais, que não conseguiram absorver os excedentes resultantes do declínio da actividade agrícola, muito intenso particularmente depois de meados da década de oitenta. É, de resto, destas áreas que é originária a maior parte dos activos que, nos últimos anos, e na sequência do agravamento da situação económica do Noroeste Português (com diminuição acentuada do volume de emprego regional), têm vindo a compor o fluxo de trabalhadores que, semanal ou quinzenalmente, se desloca para Espanha para trabalhar na construção civil².

Fonte Arcada enquadra-se, em grande medida, no perfil territorial que acabámos de descrever. Centrem-nos, pois, nesta freguesia de Penafiel, tentando reconstituir, ainda que a traços largos, as particularidades do seu processo de urbanização ao longo das últimas três décadas.

Taxa de mobilidade casa-trabalho interconcelhia nos concelhos do Noroeste Português									
1981					2001				
< 10%	10-19%	20-29%	30-44%	> 45%	< 10%	10-19%	20-29%	30-44%	> 45%
Braga	Amarante	Marco de C.	Espinho	Gondomar	Barcelos	Esposende	Amarante	Baião	
Cab. de Basto	Amares	Paredes	Lousada	Maia	Braga	Fafe	Amares	Cinfães	
Cel. de Basto	Baião	Santo Tirso	Matosinhos	Valongo	Felgueiras	Mond. de Basto	Cab. de Basto	Espinho	
	Fafe	Barcelos	Vila do Conde	Penafiel	Guimarães	Porto	Cast. de Paiva	Gondomar	
	Felgueiras	Cast. de Paiva		VN Gaia	Paços de F.	P. de Lanhoso	Cel. de Basto	Maia	
	Guimarães	Cinfães			VN Famalicão	P. de Varzim	Lousada	Valongo	
	Mond. de Basto	Paços de F.				Resende	Marco de C.		
	Resende	Porto				Rib. de Pena	Matosinhos		
	Rib. de Pena	P. de Lanhoso				Santo Tirso	Paredes		
	T. de Bouro	P. de Varzim				T. de Bouro	Penafiel		
	V. do Minho	VN Famalicão					Trofa		
		Vila Verde					V. do Minho		
							Vila do Conde		
							VN Gaia		
							Vila Verde		
							Vizela		

Fonte: INE - Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 2001.

Quadro 1 – Taxas de mobilidade casa-trabalho interconcelhia no Noroeste Português (1981-2001)



4. Os processos de urbanização em Fonte Arcada: a centralidade das migrações pendulares

4.1. Fonte Arcada, 1977: uma colectividade em processo de extroversão

Este texto começa por sublinhar o facto de, logo após os primeiros contactos com a realidade local, terem os autores dos estudos sobre Fonte Arcada realizados no final dos anos 1970 percebido que os movimentos de transferência pendular de força de trabalho constituíam, se não o mais influente, um dos mais influentes motores da transformação então verificada nas estruturas sociais da freguesia.

À época, as informações recolhidas através do inquérito aplicado às famílias fontarcadenses permitiram confirmar ser já bastante elevada, por comparação com o contexto concelhio e regional, a percentagem de assalariados da indústria e dos serviços que, apesar de residir em Fonte Arcada, exercia a sua actividade no exterior: nada menos do que 38,9% do total de activos, ou seja, 70,9% dos postos de trabalho não agrícolas recenseados. Perto de 30% da população activa deslocava-se diariamente para o Grande Porto, sobretudo para a cidade central, distribuindo-se os restantes 9% pelas freguesias adjacentes a Fonte Arcada e por outros concelhos do país (Quadro 2).

Os migrantes pendulares, constatou-se então, afirmavam-se, de dia para dia, como agentes da urbanização e protagonistas das transformações em curso na colectividade. Com efeito, a emergência deste grupo social estava a consolidar padrões de relações sociais, desde a esfera familiar à das redes de sociabilidade, passando pela própria estrutura da actividade agrícola, em divergência com o modelo até então dominante, que era o de uma sociedade camponesa relativamente fechada sobre si própria.

Local de trabalho	Activos com profissão %
	100,0
Fonte Arcada	58,5
Fora de Fonte Arcada	38,9
Penafiel, Paredes e outros concelhos do Vale do Sousa	8,4
Grande Porto	29,3
Outros concelhos do país	1,2
Sem informação	2,6

Fonte: *Inquérito P2*, 1978.

Quadro 2 – Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada (1978)

Acerca do que aqui mais nos interessa, o modo de estruturação do território fontarcadense na sua relação com o espaço envolvente, constataram os autores dos trabalhos originais que, não estando o processo de assalariamento urbano-industrial a implicar uma redução acentuada (por abandono ou concentração) do número de explorações agrícolas (mais de 80% dos grupos domésticos mantinham algum tipo de ligação ao trabalho na terra), nem havendo decorrido do mesmo processo uma reconversão drástica e generalizada dos sistemas de culturas e dos processos de trabalho na agricultura, estava a generalizar-se na freguesia um processo social baseado na combinação, graças ao mecanismo das migrações pendulares, da proletarianização em processos de trabalho extra-agrícolas com a manutenção da agricultura familiar – o que significou, para além da extensão do fenómeno da pluriactividade, o reforço muito expressivo dos números



relativos a idosos, jovens e, sobretudo, mulheres no âmbito da população activa local e, em particular, da população activa agrícola (que, em 1978, correspondia ainda a cerca de metade do total de activos).

A constatação desta realidade levou a que se falasse em *sobreprego* dos activos ligados a título principal ou complementar à agricultura. Parafraseando a designação marxista de “exército industrial de reserva”, cujo grande mérito consistiu em, de maneira expressiva, reconduzir um conjunto de fenómenos demográficos às respectivas determinações económicas e sociais, concluiu-se então estarmos perante um autêntico *exército agrícola de recurso*, tão dependente como o primeiro do processo global de acumulação económica que tem na dominação do espaço urbano sobre o espaço rural um dos traços mais salientes da sua lógica.

Com uma base de recrutamento parcialmente comum – nomeadamente na franja correspondente ao conjunto dos operários camponeses –, os dois “exércitos”, concluiu-se também, não se constituíam nem se movimentavam de forma desarticulada ou disfuncional no respeitante às exigências de reprodução global das relações de produção capitalistas (Pinto, 1985). No seu conjunto, eles permitiam, de facto, que duas das funções historicamente desempenhadas pelo espaço rural nessas formações sociais – fornecimento de força de trabalho assalariada que, por vezes, deu lugar a espectaculares êxodos rurais, por um lado, e fornecimento de bens alimentares a baixo custo, por outro – se compatibilizassem, sem recurso quer à drástica reconversão das estruturas produtivas, exigida, noutros contextos, pela penetração do capitalismo na agricultura, quer à custosa e potencialmente arriscada reestruturação global do quadro de vida dos activos, que aconteceria se estes fossem obrigados ao corte radical com a colectividade (através da migração definitiva) ou à reconversão total da trajectória profissional.

4.2. Fonte Arcada, 2007: espaço de *deslocamento contínuo* de mão-de-obra para o crescimento urbano-industrial

O período que nos separa dos primeiros estudos sobre Fonte Arcada foi de profunda transformação económica, social e urbana da colectividade.

É inegável, desde logo, que as possibilidades de interacção entre Fonte Arcada e o território envolvente são hoje bem mais numerosas do que há trinta anos atrás. Os principais pólos urbanos da região estão agora mais perto, não apenas porque a urbanização se aprofundou, mas sobretudo porque melhoraram significativamente as vias e meios de a eles aceder. Encontra-se concluída uma rede de caminhos de boa qualidade entre os vários lugares da freguesia e entre esta e a rede de estradas municipal e supramunicipal, a acessibilidade à auto-estrada faz-se em 5-7 minutos, a via férrea foi electrificada e a eficiência e comodidade do transporte ferroviário melhoraram sensivelmente, criaram-se condições para o transbordo entre automóvel particular e comboio e aumentaram as possibilidades de intermodalidade (automóvel, comboio, metropolitano, autocarro), disponibilizaram-se transportes escolares ligando a freguesia à sede do concelho. Simultaneamente, generalizou-se a posse de automóvel: a grande maioria das famílias de Fonte Arcada possui pelo menos um veículo, sendo considerável o número de famílias com duas ou até mais viaturas.

Todas estas mudanças acompanharam as transformações operadas ao nível das estruturas económico-produtivas locais, cuja reconfiguração foi, ela própria, acompanhando as principais alterações registadas na envolvente regional e no conjunto do país. Merecem especial destaque no diagnóstico desta evolução o declínio muito acentuado da actividade agrícola (em termos de superfície cultivada e, sobretudo, em volume de mão-de-obra empregue a título principal ou complementar) e o aprofundamento do processo de



assalariamento urbano-industrial, com envolvimento de novas categorias sociais, designadamente mulheres, que assim viram significativamente alterados os seus quadros de vida.

A mobilidade associada a percursos casa-trabalho, muito importante já em finais da década de setenta, é agora uma realidade com a qual a quase totalidade das famílias fontarcadenses convive quotidianamente. O Quadro 3, que reproduz informação obtida através do inquérito exaustivo aos grupos domésticos da freguesia realizado no terceiro trimestre de 2007, permite-nos verificar que 80% dos activos empregados exerce a sua profissão fora de Fonte Arcada³. Este valor, que duplica o registado no final dos anos 1970, ultrapassa os 92% no grupo dos activos empregados do sexo masculino, aproximando-se dos 65% no grupo correspondente do sexo feminino.

A estrutura de destinos das migrações pendulares dos activos residentes em Fonte Arcada alterou-se também substancialmente. Polarizados, há trinta anos, sobretudo pela bacia de emprego industrial e terciário do Grande Porto, os movimentos pendulares de activos fontarcadenses viram bastante diversificados os seus destinos: para além do Grande Porto, que continua a ser o local de trabalho de cerca de 30% da população activa local, destaca-se agora o Vale do Sousa, destino de 20% dos trabalhadores fontarcadenses, assumindo igualmente grande relevância as migrações pendulares de destino variável (22,6%), protagonizadas essencialmente por operários da construção civil. É, de resto, na construção civil que trabalha a esmagadora maioria dos fontarcadenses cuja profissão é desenvolvida no estrangeiro, principalmente em Espanha. Este grupo representa actualmente 4% da população activa local.

Local de trabalho	Activos com profissão		
	Total	Homens	Mulheres
	%		
	100,0	100,0	100,0
Fonte Arcada	19,9	7,6	35,2
Fora de Fonte Arcada	80,1	92,4	64,8
Penafiel (outras freguesias)	12,7	7,1	19,7
Paredes e outros concelhos do Vale do Sousa	8,3	6,8	10,2
Porto	19,6	18,1	21,4
Outros concelhos do Grande Porto	11,1	13,1	8,6
Outros concelhos do país	1,8	2,1	1,3
Espanha	3,4	5,8	0,3
Outros países	0,6	1,0	0,0
Sem local fixo de exercício da profissão	22,6	38,1	3,3
Sem informação	0,1	0,3	0,0

Fonte: Inquérito PFA, 2007 (dados preliminares).

Quadro 3 – Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada (2007)

Uma leitura mais dinâmica da evolução da mobilidade casa-trabalho dos activos fontarcadenses, possibilitada pela análise dos dados apresentados no Quadro 4, que se refere ao local de trabalho da população activa empregada residente em Fonte Arcada, segundo o grupo etário, permite confirmar a diminuição do efeito polarizador da bacia de emprego centrada no Porto e as correlativas diversificação dos destinos e distensão dos percursos. Para se ter uma ideia precisa do que representa esta mudança – intimamente relacionada com a degradação da situação económica e a precarização do emprego a que o Grande Porto e, em geral, a Região Norte têm assistido nos últimos anos –, bastará que se constate que, no



grupo dos activos do sexo masculino que acederam pela primeira vez ao mercado de trabalho na última década e meia, a itinerância abrange perto de metade dos efectivos, ascendendo a 13% a proporção dos que, semanal ou quinzenalmente, se deslocam para Espanha para trabalhar na construção civil.

Local de trabalho	Activos com profissão								
	15-29 anos			30-49 anos			50 e mais anos		
	Total	Homens %	Mulheres	Total	Homens %	Mulheres	Total	Homens %	Mulheres
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fonte Arcada	14,1	4,0	25,9	18,3	7,6	31,2	38,0	13,6	81,8
Fora de Fonte Arcada	85,9	96,0	74,1	81,7	92,4	68,8	62,0	86,4	18,2
Penafiel	12,0	5,1	20,0	14,2	7,2	22,6	7,6	10,2	3,0
Outros concelhos do Vale do Sousa	13,0	7,1	20,0	6,8	6,3	7,5	5,4	8,5	0,0
Porto	12,5	9,1	16,5	22,7	19,7	26,3	8,7	10,2	6,1
Outros concelhos do Grande Porto	9,8	10,1	9,4	11,0	13,5	8,1	14,1	16,9	9,1
Outros concelhos do país	3,8	5,1	2,4	0,7	0,4	1,1	1,1	1,7	0,0
Espanha e outros países	7,6	13,1	1,2	3,2	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem local fixo de exercício da profissão	27,2	46,5	4,7	22,5	38,6	3,2	14,1	22,0	0,0
Sem informação	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Inquérito PFA, 2007 (dados preliminares).

Quadro 4 – Local de trabalho dos activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o grupo etário (2007)

A evolução dos números relativos à incidência local das migrações pendulares reflecte com grande clareza a tendência, hoje plenamente consumada, de esvaziamento do “exército agrícola de recurso” e de “proletarização total” das famílias fontarcadenses – concretizada sobretudo através dos mercados de trabalho ligados à indústria transformadora, construção civil e segmentos menos qualificados das actividades terciárias, como atesta o Quadro 5.

“Subtopia” para os urbanistas mais críticos face ao estatuto ambíguo que aqui o território assume – encravado entre o urbano e o rural, submetido ao ritmo do deslocamento contínuo da população local –, “subúrbio verde” numa acepção porventura menos conotada ideologicamente, Fonte Arcada é, com efeito, antes de tudo, espaço de recrutamento de efectivos do “exército” de mão-de-obra destinada ao crescimento urbano-industrial do Grande Porto e, cada vez mais, de áreas localizadas noutros pontos da região e do país – e até fora dele.

Território dependente, subalterno, socialmente periférico, ainda que geograficamente não muito distante dos principais centros económicos e políticos da região, Fonte Arcada constitui um exemplo especialmente nítido da clivada *divisão regional do trabalho* que caracteriza o Noroeste Português – a qual, por seu turno, reflecte uma trajectória de urbanização (homóloga, enfim, à trajectória de urbanização do país) que se tem revelado incapaz de contrariar a produção e reprodução de profundas assimetrias de desenvolvimento entre territórios, inclusive entre territórios contíguos⁴.



Grupo profissional	Activos com profiss	
	Total	Homens %
	100,0	100,0
Directores e quadros sup. de empresas ou da administração pública	0,3	0,3
Empresários (empresas de dimensão variável)	5,0	5,2
Especialistas de profissões intelectuais e científicas	3,8	2,1
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1,9	2,6
Pessoal administrativo e similar; pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança	14,7	8,9
Pessoal do comércio e vendedores	3,6	2,6
Agricultores	4,4	1,0
Trabalhadores da construção civil	22,3	40,2
Trabalhadores da produção industrial, operadores e condutores	27,0	24,7
Trabalhadores não qualificados dos serviços	13,0	7,6

Quadro 5 – Activos com profissão residentes em Fonte Arcada, segundo o grupo profissional (2007)

5. Nota final: cinco programas de pesquisa para uma *sociologia dos espaços sociais dominados*

Enunciadas as grandes tendências de evolução da organização territorial do Noroeste Português nas últimas três décadas, e analisado o caso particular de Fonte Arcada, é altura de apresentar algumas propostas de pesquisa que julgamos poderem fornecer contributos relevantes para a produção de uma análise propriamente sociológica destas temáticas.

A primeira dessas propostas, a explorar no quadro de um projecto de investigação em fase de arranque no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – e centrado nesta cidade –, apenas indirectamente se articula com as questões levantadas até aqui. Diz ela respeito à avaliação do modo como as transferências de população na região e, sobretudo, no interior da área metropolitana se estão a repercutir na estrutura social e na organização territorial da cidade central. A submeter a teste, estará aqui a hipótese da perda de diversidade social e do correlativo aprofundamento da segmentação do tecido urbano portuense.

Os restantes programas de pesquisa materializam horizontes de trabalho directamente decorrentes da investigação realizada em Fonte Arcada.

Um deles é o que pretende estudar o modo como, em Fonte Arcada e, em geral, no Vale do Sousa, estruturas produtivas, dinâmicas de escolarização e movimentos migratórios *conjugadamente* têm contribuído para reproduzir aquilo a que decidimos chamar a “condição social periférica” destes territórios (Pinto e Queirós, 2008) – localizados no que o imaginário comum frequentemente assume como o “litoral desenvolvido” do país. O objectivo é o de tentar perceber, a partir da análise da configuração das relações económico-sociais locais, por que motivos não têm sido aqui ultrapassados condicionamentos objectivos e disposições subjectivas geradores de resistência à escolarização e de distância em relação às performances escolares médias de outros espaços sociais, incluindo os que lhe são contíguos.



Outra linha de trabalho é a que se debruça sobre os processos de identificação dos fontarcadenses com o espaço local. Neste caso, o que se pretende é mostrar até que ponto, numa colectividade profundamente marcada por fenómenos de mobilidade geográfica pendular que complexificam a estrutura dos espaços de pertença e a relação destes com os espaços de referência, o lugar mantém o seu “peso” enquanto gerador de identidade. A ideia que se defende é que o “peso do lugar” pouco terá a ver, como acontece noutros processos de construção identitária, com racionalizações ideológico-discursivas de alegadas qualidades essenciais da colectividade (“Nós”) ou com elaboradas estratégias de legitimação das diferenças face ao exterior (os “Outros”), sendo antes, essencialmente, o produto e, simultaneamente, o motor ideológico da subalternização social objectiva experimentada por grande parte dos fontarcadenses. Trata-se de um assunto desenvolvido numa outra sessão deste VI Congresso Português de Sociologia.

Em grande medida associada à que acabámos de referir, uma quarta frente de trabalho é a que analisa as consequências sociais da “mobilidade de deslocamento contínuo”, como lhe chamam alguns especialistas, que caracteriza o quotidiano de grande parte dos activos, não apenas dos que residem em Fonte Arcada, mas de toda região. Focada nos movimentos pendulares que têm Espanha como destino, esta frente de trabalho começou a ser explorada em Fonte Arcada e áreas envolventes e incluiu já um período passado no país vizinho junto de operários da construção civil portugueses. Neste caso, o objectivo tem sido o de estudar os efeitos desestruturadores, ao nível das identidades pessoais e profissionais, das sociabilidades, da organização familiar, da vida comunitária nas colectividades de origem, deste verdadeiro “nomadismo” vivido por milhares de trabalhadores do Noroeste.

Um último programa de pesquisa diz respeito à centralidade da construção civil na estruturação da vida económica e social da colectividade em estudo. Tratando-se de um assunto em fase de desenvolvimento no quadro das actividades do projecto de investigação a que este texto se reporta, e não querendo antecipar o que será divulgado posteriormente, valerá a pena sublinhar a relevância, para a compreensão das dinâmicas sociais do Noroeste Português, da reflexão em torno de um sector de actividade que, em muitos concelhos – como, de resto, em Fonte Arcada –, ocupa entre 40 a 50% dos activos locais do sexo masculino, funcionando frequentemente como “amortecedor” da *crise* e meio de resposta ao desemprego noutros sectores de actividade.

Através da concretização de programas de pesquisa como os que acabam de ser apresentados, estaremos – é esse, pelo menos, o objectivo –, a contribuir para que se passe de uma *geografia das condições sociais periféricas* a uma *sociologia dos espaços sociais dominados*, sem a qual dificilmente poderão ser criadas as condições políticas da negação prática do diagnóstico realista traçado – por outras palavras, as condições da promoção da coesão social e territorial da região e do país.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Edições Afrontamento.

PINTO, José Madureira e QUEIRÓS, João (2008), “Estruturas produtivas, escolarização e desenvolvimento no Vale do Sousa. Análise da reprodução da condição social periférica numa região metropolitana portuguesa”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, n.º 25/26.



PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro e CABRAL, João (2003), *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, Porto, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto/Fundação Calouste Gulbenkian.

REIS, José (2001), “Observar a mudança: o papel dos Estudos Rurais”, *Conferência proferida no Plenário Inicial do 1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard (orgs.) (2005), *The Handbook of Economic Sociology*, New Jersey, Russell Sage Foundation.

¹ Apresentam-se neste texto alguns elementos de análise suscitados por uma investigação em curso numa freguesia do concelho de Penafiel (Fonte Arcada) que, tendo sido estudada há cerca de trinta anos, é actualmente objecto de reavaliação sociológica, no âmbito do Projecto POCI/SOC/58668/2004 *Transformações sociais numa colectividade local do Noroeste Português*, co-financiado pela FCT/MCTES e pelo FEDER, através do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010. Da equipa de investigação agora envolvida fazem parte José Madureira Pinto (coord.), Virgílio Borges Pereira, Ester Gomes da Silva, João Ferreira de Almeida, José Luís Casanova, Miguel Nogueira, Serge Abramovici e o autor. Uma primeira versão deste texto foi discutida numa sessão de apresentação de resultados do Projecto realizada a dia 30 de Maio de 2008 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os principais resultados da pesquisa realizada na transição da década de setenta para a de oitenta foram publicados em Pinto (1985) e Almeida (1986). O autor agradece, desde já, as sugestões e críticas que vierem a ser remetidas para: jqueiros@letras.up.pt.

² Não existem informações precisas sobre a evolução recente da emigração portuguesa. A acreditar nos dados do Sindicato da Construção do Norte, trabalharão actualmente na construção civil em Espanha mais de 70 mil portugueses, a maioria oriundos de concelhos do distrito do Porto, designadamente dos concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Segundo o Sindicato, terão rumado nos últimos tempos a Espanha 8 mil operários da construção civil originários do Marco de Canaveses, 4 mil originários de Paredes e 3,5 mil originários de Penafiel. Cf. o artigo da jornalista Isabel Forte, "Milhares de operários do Marco de Canaveses partiram para Espanha", publicado no *Jornal de Notícias* de 12 de Janeiro de 2007.

³ Os valores apresentados reportam-se a um universo de activos definido exclusivamente a partir da análise das actividades principais dos inquiridos com residência permanente em Fonte Arcada.

⁴ A economia política institucional e a sociologia económica por ela inspirada fariam certamente aqui em *path-dependency*, como forma de destacar a importância do estudo da trajectória social, económica e política deste território, bem como das suas relações com os territórios contíguos, para uma compreensão do seu estatuto actual e das limitações com que se confronta em matéria de desenvolvimento. Para uma panorâmica sobre os principais conceitos e preocupações da sociologia económica contemporânea e sobre a sua aplicabilidade à análise territorial, cf. Smelser e Swedberg (2005).